

**Impactos observados no imobilizado em razão da adoção das IFRS pela contabilidade brasileira**

**Dilvani Sergio Casanova<sup>1</sup>**  
**Tércio Vieira de Araújo<sup>2</sup>**  
**Marcos Andrade<sup>3</sup>**  
**Fabiola Graciele Besen<sup>4</sup>**  
**Welinton Camargo Ferreira<sup>5</sup>**

**RESUMO**

O objetivo geral desse artigo é identificar e descrever as influências e impactos observados no grupo de contas do ativo imobilizado das empresas brasileiras após a primeira fase de adoção das estruturas internacionais de relatórios financeiros, conhecido como IFRS. Foram utilizadas as demonstrações contábeis da empresa BRF S.A, como objeto de análise. A escolha do grupo ativo imobilizado se deu pela sua relevância em termos monetários para as companhias, e também pelo fato dos pronunciamentos iniciais no Brasil terem dado atenção especial para este grupo. Deste recorte, delineou-se a seguinte problemática de pesquisa: *quais os impactos observados no grupo Ativo imobilizado das empresas após a adoção das IFRS pela contabilidade brasileira?* Com esta pesquisa foi possível avaliar que a adoção das IFRS pelas empresas é benéfico do ponto de vista da captação de recursos, principalmente de capital estrangeiro, e quantitativamente identificou-se que a composição dos valores do ativo imobilizado, após a adoção das IFRS, é significativa, visto que altera a composição patrimonial das empresas, e por consequência as análises dos investidores, por meio dos índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, podendo influenciar a decisão do investidor. Nesta primeira fase, os pronunciamentos contábeis mais significativos foram os CPC 06 e o CPC 13.

**Palavras-chave:** IFRS. Ativo imobilizado. Pronunciamentos contábeis.

**ABSTRACT**

*The overall objective is to identify and describe the influences and impacts observed in the group of fixed assets of the Brazilian company accounts after the first stage of adoption of international financial reporting structures, known as IFRS. We used the financial statements of BRF S.A. company, as the object of analysis. The choice of fixed assets group was due to its relevance in monetary terms for the companies, and the fact that the initial pronouncements in Brazil, have given special attention to this group. The research seeks to answer: what are the impacts observed on the fixed businesses after the adoption of IFRS by Brazilian*

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela UNIOESTE - *Campus* de Foz do Iguaçu. [dilvanicasanova@hotmail.com](mailto:dilvanicasanova@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela UNIOESTE - *Campus* de Foz do Iguaçu. . Especialista em Auditoria e Controladoria. Mestrando do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE. [professortercio@hotmail.com](mailto:professortercio@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela UNIOESTE - *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Especialista em Consultoria Empresarial. Mestrando do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE. [marcos.consultor@hotmail.com](mailto:marcos.consultor@hotmail.com)

<sup>4</sup> Graduada em Ciências Contábeis pela UNIOESTE - *Campus* de Marechal Cândido Rondon. MBA em Administração Financeira Contábil e Controladoria Mestranda da Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE. [fabiolagracielebesen@gmail.com](mailto:fabiolagracielebesen@gmail.com)

<sup>5</sup> Graduado em Ciência Contábeis pela UNIOESTE - *Campus* de Foz do Iguaçu. Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal. Mestrando do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE. [welintonferreira@hotmail.com](mailto:welintonferreira@hotmail.com)

*accounting? This research has been possible to assess the adoption of IFRS by companies is beneficial from the point of view of fundraising, especially foreign capital, and quantitatively it was found that the composition of the fixed assets values, after the adoption of IFRS is significant changes since the equity structure of the companies, and therefore the analysis of investors, through the liquidity ratios, profitability and indebtedness, which may influence the decision on invested. In this first phase, the most significant accounting pronouncements were the CPC 06 and CPC 13.*

**Keywords:** IFRS. Permanent assets. Accounting pronouncements.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a expansão do comércio e a internacionalização das empresas, fez-se necessário a criação de uma linguagem comum no mundo dos negócios, principalmente em se tratando de informações financeiras, visto que são a principal fonte de informações disponíveis para o investidor que deseja realizar uma análise dentre tantas alternativas possíveis para se aplicar.

Assim, ocorreram mudanças no cenário contábil mundial, o que levou a uma padronização das Demonstrações Contábeis elaboradas pelas empresas de diversos países. No Brasil, foram reconhecidos diversos pontos de divergência entre as normas brasileiras e as internacionais, para tanto, surgiram novas normas e organismos que visavam especificamente convergir a contabilidade brasileira com a contabilidade internacional (DELOITTE, 2009).

Nesta conjuntura, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem um papel fundamental para a Contabilidade Brasileira, visto que é o órgão que faz a emissão dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações a respeito das normas emitidas pela entidade internacional FASB (*Financial Accounting Standards Board*) visando a convergência da contabilidade internacional com a contabilidade brasileira, as quais contribuem para o desenvolvimento e a elaboração de Demonstrações Contábeis transparentes e uniformes para os investidores, e por consequência facilita a captação de recursos junto a terceiros, garantindo maiores oportunidades de crescimento para as organizações.

Para atender as novas normas e adequar-se as proposições dos CPCs, as empresas precisam ajustar suas demonstrações contábeis, o que, possivelmente impactará nas análises econômicas e financeiras das empresas brasileiras, e diante disso, delineou-se a seguinte problemática de pesquisa: *quais os impactos observados no Grupo Ativo imobilizados das empresas em razão da adoção das IFRS pela contabilidade brasileira?*

A escolha do ativo imobilizado para a aplicação deste estudo deve-se ao fato de que os itens patrimoniais que compõem o subgrupo imobilizado representam maior relevância em termos monetários para a companhia em questão, e também porque os pronunciamentos técnicos emitidos na fase inicial de convergência dão uma atenção especial para este subgrupo.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral identificar e descrever as influências e os impactos no grupo de contas do ativo imobilizado, que compõe as demonstrações contábeis, elaboradas após a primeira fase de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade comparativamente com as informações contábeis produzidas utilizando as Normas Brasileiras, que possam apresentar informações relevantes a empresa e aos investidores.

Para atingir o objetivo e consequentemente responder a problemática de pesquisa, foram definidos alguns objetivos específicos:

- a) realizar estudos e levantamentos bibliográficos que abordam a convergência para as IFRS, e posteriormente seus impactos no imobilizado, identificando a forma como

- se tratava os fatos contábeis antes da convergência e qual o tratamento determinado após a padronização;
- definir os métodos e técnicas de análise e interpretação das normas que provocaram as alterações mais expressivas nas demonstrações financeiras, principalmente em termos de valores, índices e resultados; e
  - apresentar os resultados e as conclusões da pesquisa, expondo os fatos encontrados no processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Para identificar o direcionamento, dado sobre o tema, nas atuais pesquisas, foi realizado um levantamento bibliográfico, de abordagem quantitativa e qualitativa, sendo os dados coletados no Portal de Periódicos da Capes, onde constavam no título, assunto, resumo dos documentos científicos, as palavras-chave "IFRS", "ativo imobilizado" e "pronunciamentos contábeis". As palavras-chave, consideradas, foram definidas com base no objetivo de coleta e avaliação desta pesquisa, assim foi aceito como resultado qualquer documento técnico e/ou científico que contenha estas palavras-chave.

Os levantamentos apresentaram resultados individuais para cada palavra-chave, e para o conjunto das palavras chaves, conforme apresenta a tabela 1, identificando por tipo de documento técnico e/ou científico e o idioma de publicação.

Tabela 1 - Resultado da busca das palavras-chave

Tipo docum.	palavras-chave	idiomas				total	participação %	
		português	inglês	francês	alemão		português	outros
Todos	IFRS	1044	1720	14	76	2854	36,58	63,42
	Ativo imobilizado	61	16	0	0	77	79,22	20,78
	Pronunciamentos contábeis	73	30	0	0	103	70,87	29,13
	<b>Totais</b>	<b>1178</b>	<b>1766</b>	<b>14</b>	<b>76</b>	<b>3034</b>	<b>38,83</b>	<b>61,17</b>
Artigos	IFRS	289	1442	4	50	1785	16,19	83,81
	Ativo imobilizado	41	16	0	0	57	71,93	28,07
	Pronunciamentos contábeis	53	30	0	0	83	63,86	36,14
	<b>Totais</b>	<b>383</b>	<b>1488</b>	<b>4</b>	<b>50</b>	<b>1925</b>	<b>19,90</b>	<b>80,10</b>
Todos	IFRS; Ativo imobilizado; Pronunciamentos contábeis	9	0	0	0	9	100,00	-
	IFRS; Ativo imobilizado	5	0	0	0	5	100,00	-

Fonte: Tabulado a partir dos dados coletados no Portal de Periódico da Capes (2015)

A distinção dos idiomas (tabela 1), em que ocorreram as publicações, nas palavras de Clarinda (2014) destaca que os principais países que contribuem com publicações acadêmicas, as fazem em grande parte através da língua inglesa, e isto se dá devido a globalização da ciência, que para alcançar um maior público adota a o inglês como língua franca. Este fenômeno traz melhoras significativas em relação a qualidade da preparação e apresentação de processos dos periódicos em língua inglesa, pois passam a ser considerados como mais expressivos e confiáveis.

Do total das publicações 38,83% foram no idioma português e 58,21% foram no idioma inglês. Este resultado mostra que publicações de pesquisas relacionadas a impactos das IFRS nas demonstrações contábeis, estão ocorrendo com maior frequência na língua Inglesa.

Com relação ao meio de comunicação, 63,45% foram por meio de artigos publicados em revistas científicas, e/ou eventos científicos, que possuem um alcance maior em relação aos demais modelos de divulgação, como dissertações e teses, que possuem uma característica própria, mais fechada de alcance (com menos alcance) na divulgação das pesquisas, pois o

seu desenvolvimento ocorre, em geral, em programas de pós-graduação, com períodos de conclusões longos, podendo superar até 18 meses, para a conclusão da pesquisa.

Essa pesquisa e seus resultados contribuíram para o desenvolvimento da revisão bibliográfica do assunto e para alcançar uma adequada análise dos resultados alcançados, por consequência ao entendimento do tema, bem como apresentar as análises dos impactos da adoção da IFRS na empresa BRF S.A., empresa de capital aberto, a qual apresentou em suas demonstrações contábeis tal convergência às normas internacionais. (sugestão)

É válido ressaltar a importância desse estudo, visto que mudanças nos valores do Imobilizado de uma empresa, por consequência mudará as análises por meio dos índices da empresa, o que pode refletir positiva ou negativamente a decisão de investidores.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Um fator relevante da evolução no mundo financeiro, foi a necessidade de padronização internacional de relatórios, com a finalidade de desenvolver uma linguagem universal dos negócios, relativos à contabilidade, principalmente para dar suporte aos investidores do mercado de capitais, transmitindo maior transparência e assegurando maior proteção a essa parte interessada (OLIVEIRA *et al*, 2008). De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2009) *apud* Agostini e Carvalho (2012, p. 9), "na década de 1970 foi criado o *International Accounting Standards Committee* (IASC) que impulsionou a adoção das Normas Contábeis Internacionais (NIC), pelos países integrantes da Comunidade Europeia".

Segundo Ramanna e Sletten (2013), foi no período de 2003 a 2008 que mais de 50 países, incluindo a União Europeia, emitiu IFRS para todas as empresas de suas jurisdições, e neste mesmo período outros 15 países, emitiram IFRS para algumas empresas específicas, ou para empresas que poderiam adotar voluntariamente as IFRS. Significativamente outros 15 países iniciaram projetos de convergência, incluindo algumas das maiores economias do mundo como a China e os EUA.

Esse processo de convergência a nível mundial é significativo para o Brasil, pois identifica um grande passo para o enriquecimento da contabilidade em termos que os setores financeiros ganharam mais eficiência e a economia ficou mais valorizada no país. Portela (2011) *apud* Agostini e Carvalho (2012, p. 9) explicam que "dentro de poucos anos, as expressões contabilidade internacional e contabilidade societária significarão a mesma coisa".

Assim a adoção das IFRS se tornaram obrigatórias em alguns países, e indiretamente obrigatórias pelo mercado. Isso se dá pelo fato da necessidade de comparabilidade entre os relatórios financeiros pelos investidores. Jin e Kang (2006) *apud* Ramanna e Sletten (2013) acham que a divulgação e práticas de proteção dos investidores, de acessibilidade dos mercados de ações, e do tamanho do patrimônio nos mercados, estão ligados a decisões de adoção de IFRS dos países.

Defond *et al* (2011) também realizaram estudos sobre a adoção obrigatória de um conjunto uniforme de normas de contabilidade, como as IFRS, para atrair um número maior de investimentos estrangeiros, examinando o efeito da adoção de um conjunto uniforme de normas de contabilidade, as análises mostraram que a comparabilidade associada a adoção das IFRS obrigatórias, não influenciaram na captação de recursos locais, pelo fato dos investidores locais estarem familiarizados com a contabilidade local, mas foi significativo em relação a captação de recursos estrangeiros.

Landsman *et al* (2012), diz que comparações univariadas entre países que adotaram as IFRS e as que não adotaram, indicam que as empresas, dos primeiros, experimentaram um aumento no conteúdo de rendimentos do que as empresas de países que não adotaram as IFRS. Esta conclusão foi através de estudos que examinam as implicações para a qualidade da

contabilidade quando as empresas aplicam as normas internacionais de IFRS, com o propósito de estabelecer a base para uma previsão de que os lucros aumentam quando as empresas adotam as IFRS.

Outro ponto significativo com a adoção das IFRS é a eliminação das reconciliações entre as demonstrações com normas contábeis distintas. Para Kim *et al* (2012), eliminando a reconciliação pode-se reduzir os custos de análises e avaliações dos investidores, encorajando investidores estrangeiros. Barth *et al* (2012), complementa dizendo que a noção básica de comparabilidade nas estruturas conceituais para relatórios financeiros é que os saldos contábeis são comparáveis se duas empresas enfrentam resultados econômicos semelhantes, então as empresas apresentarão valores contábeis similares.

Christensen *et al* (2013) descreve que com base em provas anteriores, pode amplamente distinguir algumas explicações para os benefícios do mercado de capitais, observada após a adoção das IFRS, sendo: (1) a mudança local para relatórios de IFRS desempenhou um papel fundamental; (2) a adoção das IFRS teve significativos benefícios no mercado de capitais de países com instituições e sistemas jurídicos fortes; (3) as empresas apoiam a introdução das IFRS devido aos efeitos no mercado de capitais.

Já para a contabilidade brasileira, um passo importante, foi a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De acordo com Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009, p. 77), "a criação do CPC está intimamente ligada ao processo de convergência de normas contábeis no mundo".

O CPC foi criado pela Resolução nº 1.055/05 do CFC e tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2011 *apud* ANTUNES *et al*, 2012).

Para permitir que a contabilidade pudesse exercer seu papel de forma eficaz e conseqüentemente, para atingir seu principal objetivo, que é fornecer informação útil para os seus usuários, foi necessário elevar a contabilidade a outro patamar, e para a realização deste propósito, foram promulgadas as leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram e revogaram alguns dispositivos trazidos pela Lei 6.404/76, até então vigente (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Desta forma, as Leis 11.638/07 e 11.941/09, alterando a principal Lei das Sociedades por Ações no Brasil, a Lei 6.404/76, propiciaram condições para a convergência às normas internacionais de contabilidade. Assim, além de realizar alterações necessárias à contabilidade brasileira, também introduziu a figura do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), como órgão responsável pela interpretação e emissão de procedimentos técnicos visando a padronização da contabilidade brasileira a nível mundial, e o mais importante, determinou que houvesse a segregação entre a Contabilidade Financeira ou Societária e a Contabilidade para fins fiscais (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Entre as principais alterações contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, além das já referidas, pode-se citar a mudança do conceito de ativo imobilizado, que agora não representa somente aqueles que efetivamente são de propriedade jurídica da empresa, mas por determinação do conceito da 'Primazia da Essência sobre a Forma', também será considerado como um ativo imobilizado da entidade, os bens corpóreos sob seu controle, sendo dessa empresa os benefícios e os riscos advindos de seu controle. Portanto, a principal característica de apresentar as demonstrações contábeis obedecendo o princípio da Essência Sobre a Forma é fornecer uma informação mais rica e representativa da realidade econômica, patrimonial e financeira da empresa para os administradores da entidade, aos investidores, aos credores, aos empregados, ao governo e à sociedade em geral (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

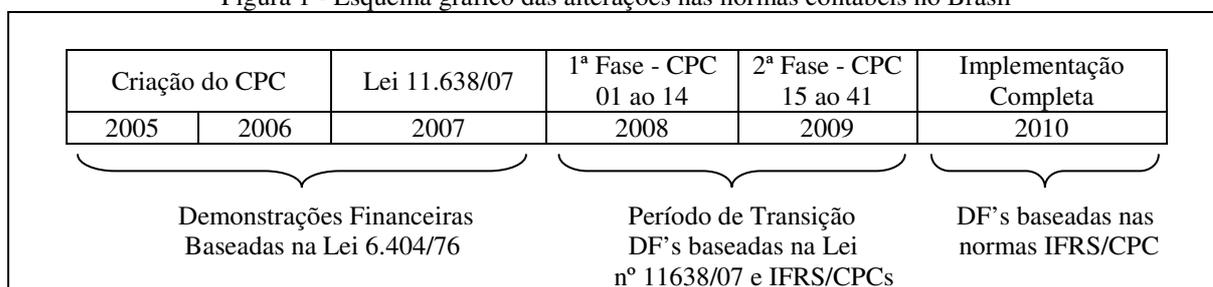
Essa mudança de conceito só foi possível graças à publicação da Lei 11.638/07 e à aprovação do CPC 06, pois, com o objetivo de apresentar as transações e outros eventos de acordo com a sua substância econômica e realidade financeira e não meramente com a sua forma legal, o CPC 06 determinou que os bens de Arrendamentos Financeiros, ou seja, aqueles que transferem para a arrendatária os riscos e os benefícios inerentes à propriedade do ativo arrendado, sejam registrados no ativo imobilizado, em conta específica, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data da transição e registrar, em conta específica, a obrigação por arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da transição.

Neste contexto, Iudícibus *et al* (2010, p. 21), afirma que "a partir dessas legislações passou a ser possível praticar-se, de fato, Contabilidade no Brasil sem influências diretas ou indiretas de natureza fiscal, com a Secretaria da Receita Federal Brasileira passando a ser enorme parceira da evolução contábil".

Com o exposto sobre a Lei 11.638/07, para a realização de um relevante processo de harmonização entre a contabilidade adotada no Brasil e a exigida pelas IFRS, as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tornam-se de extrema importância (MACIEL, 2011).

A figura 1 exemplifica as etapas do processo de convergência para as normas contábeis internacionais ocorridas no Brasil por intermédio da criação do CPC e das alterações da lei dando autoridade para este organismo na emissão dos pronunciamentos visando à harmonização.

Figura 1 - Esquema gráfico das alterações nas normas contábeis no Brasil



Fonte: Costa *et al* (2013, p. 6)

De acordo com a exigência do CPC 37, a partir de 2010 as empresas brasileiras deveriam desenvolver suas políticas contábeis baseadas no padrão e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira, estabelecendo que essas políticas fossem aplicadas na data de transição e durante os períodos apresentados nas demonstrações em CPC e IFRS (COSTA *et al*, 2013).

## 2.1 CPC's relacionados à pesquisa

Com o estudo dos pronunciamentos emitidos na primeira fase de implantação das normas internacionais, identificou-se que os que tiveram um impacto direto nas contas do imobilizado da empresa BRF S.A. foram o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil e o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07.

O CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil é baseado no IAS 17 do IASB, aprovado e tornado obrigatório para as companhias abertas pela Deliberação CVM nº 554/08

e pela Resolução CFC nº 1.141/08 para os demais profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas a alguma regulação específica.

O objetivo deste pronunciamento é estabelecer as políticas contábeis e divulgações apropriadas que devem ser aplicadas pelos arrendadores e arrendatários, em relação a arrendamentos mercantis.

Este pronunciamento influenciou nas contas do imobilizado da empresa BRF S.A., pois vários itens arrendados pela empresa, eram contabilizados como bens alugados, e portanto, não eram apresentados em seus balanços. A partir da adoção do referido pronunciamento, estes bens passaram a ser contabilizados como ativo, pois a BRF S.A. detém seu controle e os mesmos são capazes de gerar benefícios futuros para a entidade, cumprindo os requisitos de reconhecimento como um ativo, neste caso, classificado como imobilizado.

Isso fez com que os valores decorrentes deste reconhecimento provocassem alterações significativas em seu balanço de abertura, objeto de estudo desta pesquisa.

Já o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado e tornado obrigatório para as companhias abertas conforme Deliberação CVM nº 565/08 e pela Resolução CFC nº 1.152/09 para os demais profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas a alguma regulação específica, tem como objetivo assegurar que as primeiras demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as demonstrações contábeis intermediárias, que se refiram à parte do período coberto por essas demonstrações contábeis, contenham informações que:

- a) proporcionem um ponto de partida adequado para a contabilidade de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil;
- b) sejam transparentes para os usuários; e
- c) possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios para os usuários.

Este pronunciamento foi importante porque a partir dele, as empresas tiveram que alterar as bases de elaboração de suas demonstrações contábeis, convergindo efetivamente aos padrões internacionais.

O reflexo desta adoção no imobilizado da BRF S.A. foram as mudanças de estimativas realizadas anteriormente para determinar a vida útil dos bens que incorporam o seu ativo imobilizado, com a alteração das taxas de depreciação, e conseqüentemente, a mudança de expectativa de vida útil dos bens. Algumas contas tiveram seus valores ajustados, e o estudo dessas variações faz parte da proposta desta pesquisa.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a fundamentação da pesquisa, foi necessário um levantamento bibliográfico por meio de livros, artigos, periódicos e revistas. Os autores também se utilizaram da pesquisa de informações por meio eletrônico, disponibilizado pela Internet, para obter acesso às demonstrações financeiras da empresa que foram analisadas, bem como, para consultar as legislações pertinentes.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada no momento em que os autores fizeram a busca e coleta de informações, conceitos e definições em obras já publicadas por outros autores, com o objetivo de avaliar as publicações já realizadas sobre o tema, e por consequência dar credibilidade ao trabalho apresentado.

A pesquisa bibliográfica se justifica, por ser um método que tem por base as referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc. Utilizando-se destas bases teóricas, a pesquisa bibliográfica procura explicar ou discutir sobre um tema ou problema determinado (SILVA, 2010). O método aplicado foi o dedutivo, e

justifica-se pela característica da obra, que é obter resultados específicos após pesquisa e análise geral, ou seja, seus argumentos fluem de conceitos gerais para observações específicas. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 256) o método dedutivo é um "processo pelo qual, com base em enunciados ou premissas, se chega a uma conclusão necessária, em virtude da correta aplicação de regras lógicas".

O trabalho caracteriza-se pela utilização das formas de abordagens tanto qualitativa quanto quantitativa, embora a maior parcela de contribuição da pesquisa seja a quantitativa. A abordagem quantitativa foi utilizada ao se apresentar em forma de números e valores, obtidos nas demonstrações financeiras, as principais alterações provocadas no grupo de contas do ativo imobilizado, em decorrência da adoção das normas internacionais de contabilidade.

A abordagem quantitativa de investigação é muito utilizada no desenvolvimento de pesquisas descritivas, pois as mesas procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis. Desta forma a pesquisa quantitativa significa quantificar opiniões, dados, na forma de coleta de informações (SILVA, 2010). Já a abordagem qualitativa foi realizada, quando de posse das informações quantitativas, buscou-se interpretar os números e valores ali contidos, inferindo os seus resultados, e na sequência, expondo sobre a importância das IFRS para a evolução da qualidade das demonstrações contábeis apresentadas para o usuário externo.

Esta pesquisa foi realizada sobre os elementos que compõem o ativo imobilizado da empresa BRF S.A, sendo este o universo de pesquisa. A BRF é a sétima maior empresa de alimentos do mundo em valor de mercado. Ela nasceu em 2009, a partir da fusão entre a Sadia e a Perdigão, processo que foi finalizado em 2012, tornando-se uma das gigantes do mercado alimentício mundial. A BRF é uma das principais exportadora de proteína animal do planeta, com alimentos que chegam a mais de 110 países em cinco continentes (PORTAL BRF, 2015).

Para realizar a pesquisa, foram coletadas as informações constantes em suas notas explicativas, publicadas no portal da BM&FBOVESPA, obtidas na seção de relatórios financeiros das empresas listadas. Contudo, para efetuar as análises, foi delimitado um período de amostragem, sendo selecionadas as notas explicativas dos anos de 2007, 2008 e 2009, que foram o ponto de partida para a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Feita a coleta e tabulação dos dados, a partir dos relatórios financeiros, a proposta é aplicar os CPC's que influenciaram nos valores do ativo imobilizado da empresa BRF S.A. e discutir sobre sua relevância, principalmente em termos quantitativos, ou seja, será apresentado o impacto individual e o impacto global de cada item sobre o subgrupo imobilizado no decorrer dos anos de 2008 e 2009, períodos estes, de adoção da primeira fase de implantação das normas internacionais traduzidas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. esse parágrafo está no futuro

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Maiores impactos no imobilizado em relação à adoção dos CPC's**

Observando a tabela 2 é perceptível que os elementos do imobilizado da empresa BRF S.A., que tiveram alterações, foram os Arrendamentos Mercantis Financeiros, pois passaram a ter seus valores incorporados no Ativo Imobilizado da companhia, na alínea de "MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS", devido à aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, baseado no IAS 17 do IASB, aprovado e tornado obrigatório para as companhias abertas pela Deliberação CVM nº 554/08 e pela Resolução CFC nº

## Impactos observados no imobilizado

1.141/08 para os demais profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas a alguma regulação específica.

Tabela 2 - Variação percentual do Imobilizado

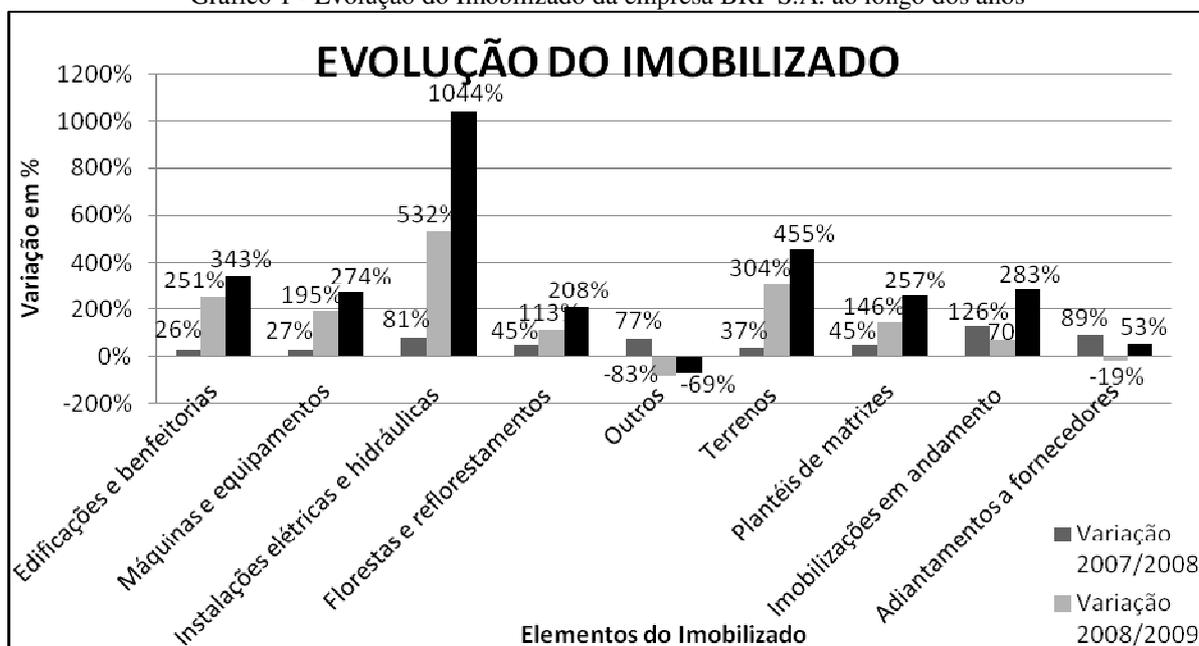
IMOBILIZADO/ANO	Variação % 2007/2008	Variação % 2008/2009	Variação % 2007 a 2009
Edificações e benfeitorias	26%	251%	343%
Máquinas e equipamentos	27%	195%	274%
Instalações elétricas e hidráulicas	81%	532%	1044%
Móveis e utensílios	-	-	-
Veículos e Aeronaves	-	-	-
Florestas e reflorestamentos	45%	113%	208%
Outros	77%	-83%	-69%
Terrenos	37%	304%	455%
Plantéis de matrizes	45%	146%	257%
Imobilizações em andamento	126%	70%	283%
Adiantamentos a fornecedores	89%	-19%	53%

Fonte: Calculado a partir dos dados da pesquisa

Em seu item 36 o CPC 06, determina que, "os arrendadores devem reconhecer os ativos mantidos por arrendamento mercantil financeiro nos seus balanços e apresentá-los como conta a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil". O item 37 complementa explicando que os riscos, os benefícios e o controle do ativo mercantil financeiro, são transferidos para o arrendatário, portanto, os pagamentos a serem recebidos pelo arrendador são tratados como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e gerar retorno financeiro pelo investimento.

A evolução dos valores do imobilizado são identificados quando analisado o gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução do Imobilizado da empresa BRF S.A. ao longo dos anos



Fonte: Calculado a partir dos dados da pesquisa

Outra variação, identificada, é com relação à vida útil-econômica dos elementos que compõem o ativo imobilizado, assim a empresa BRF S.A. revisou e ajustou os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada dos ativos e para o cálculo da

depreciação, exaustão e amortização, contabilizando o efeito dessa revisão em dezembro de 2009.

Esta prática teve como base o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovada e tornada obrigatória para as companhias abertas conforme Deliberação CVM nº 565/08 e pela Resolução CFC nº 1.152/09 para os demais profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas a alguma regulação específica. As evoluções se devem, em parte, pelo fato de que os valores registrados no imobilizado e no intangível passaram por uma análise sobre sua recuperação com a intenção de serem revistados e ajustados os critérios que determinam a vida útil econômica estimada, para determinar o cálculo da depreciação, exaustão e amortização, conforme determina o item 53 do CPC 13.

E considerando o tem 54 do CPC 13 as variações decorrentes dos ajustes dos critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica dos elementos do ativo imobilizado da companhia, somente foram observados nas Demonstrações Contábeis findas de 2009.

As mudanças ocorridas nos critérios utilizados para determinar a vida útil-econômica estimada dos ativos e para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização impactaram no valor contábil líquido dos elementos do ativo, visto que, se a empresa utiliza uma taxa maior de depreciação, os elementos do imobilizado se depreciam mais rapidamente. Existe desta forma, uma diminuição de sua vida útil contábil, de forma inversa, se a empresa, após revisar a taxa de depreciação utilizada, decidir por diminuí-la, o impacto no seu imobilizado será de um aumento em sua vida útil-contábil, com valores menores lançados para o seu resultado ao longo dos períodos de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

#### **4.2 Menores impactos no imobilizado em relação à adoção dos CPC's**

Em 2008 e 2009, foram realizadas análises para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, que se referem ao teste de “*impairment*”, com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007.

A Companhia avaliou os itens do ativo imobilizado e não identificou perdas a serem registradas por valor realizável menor do que o valor contábil.

As mudanças de práticas contábeis introduzidas pela Lei n. 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 afetaram o Imobilizado do balanço consolidado para o exercício findo em 31.12.08 e 31.12.09 da empresa BRF S.A., nos montantes apresentados na tabela 3.

Impactos observados no imobilizado

Tabela 3 - Efeitos provocados pela adoção dos CPC's no imobilizado da empresa BRF S.A.

Imobilizado/Ano	Taxa anual de deprec. (%) média ponderada 2007/2008	Taxa anual de deprec. (%) média ponderada 2009 <sup>(1)</sup>	Valor Residual		31.12.2008		Valor Residual		31.12.2009	
			Sem Ajustes / Correções 31.12.2008	Ajustes / Correções 2008	Saldo residual	Variação % 2008	Sem Ajustes / Correções 31.12.2009	Ajustes / Correções 2009	Saldo residual	Variação % 2009
Edificações e benfeitorias	4	3,19	975.628	-	975.628	-	3.394.691	33.569	3.428.260	1%
Máquinas e equipamentos	11	7,43	1.088.192	8.897	1.097.089	1%	3.093.602	142.222	3.235.824	5%
Instalações elétricas e hidráulicas	10	4,86	145.497	-	145.497	-	883.504	35.567	919.071	4%
Móveis e utensílios	-	7,53	-	-	-	-	38.087	1.797	39.884	5%
Veículos e Aeronaves	-	18,17	-	-	-	-	14.400	1.267	15.667	9%
Florestas e reflorestamentos	3	1,83	53.588	-	53.588	-	114.146	-	114.146	-
Outros	12	-	39.985	-	39.985	-	3.625	3.360	6.985	93%
Terrenos	-	-	166.866	-	166.866	-	674.496	-	674.496	-
Plantéis de matrizes	<sup>(2)</sup>	<sup>(2)</sup>	158.846	-	158.846	-	391.192	-	391.192	-
Imobilizações em andamento	-	-	250.489	-	250.489	-	424.784	-	424.784	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	30.470	-	30.470	-	24.681	-	24.681	-
<b>TOTAL</b>			<b>2.909.561</b>	<b>8.897</b>	<b>2.918.458</b>	<b>0,31%</b>	<b>9.057.208</b>	<b>217.782</b>	<b>9.274.990</b>	<b>2,40%</b>

Fonte: Calculado a partir dos dados da pesquisa - Nota 1 - Taxas de Depreciação Ajustadas após a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 13. - Nota 2 - Os custos dos plantéis são amortizados linearmente entre 15 e 30 meses.

É possível identificar (tabela 3), os valores correspondentes das variações ocorridas nos elementos que compõem o ativo imobilizado da Empresa BRF S.A. Estas variações são decorrentes da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 que foram aplicados pela companhia nas demonstrações financeiras de 2008 e 2009. Assim, verificou-se que algumas contas do imobilizado como "Outros", e "Veículos e Aeronaves" tiveram alterações significativas em termos percentuais, entretanto, a variação de alguns itens não chegou a ser relevante em seu montante global, como nas contas de "Edificações e Benfeitorias", e "Instalações Elétricas e Hidráulicas".

O valor dos ajustes e correções ocorridas em 2008 é decorrente do reconhecimento dos Arrendamentos Mercantis Financeiros que a empresa possui. Estes itens foram incorporados no Imobilizado da companhia, na conta de Máquinas e Equipamentos, e sua contrapartida foi reconhecida como uma obrigação no passivo. Em 2009, os ajustes e correções foram decorrentes da mudança de estimativa contábil da vida útil-econômica de alguns elementos que compõem o ativo imobilizado, tendo reflexos em seus valores líquidos no final de 2009.

A única alínea que sofreu alteração tanto em 2008 quanto em 2009 foi a de Máquinas e Equipamentos, justamente porque em um primeiro momento os bens derivados de arrendamento mercantil foram nela incorporados, e no segundo momento, por ter sido também submetida a uma nova análise de estimativa de sua vida útil-econômica, o que acarretou ajustes em seus saldos nas demonstrações contábeis findas de 2008 e de 2009.

A tabela 3 apresenta o cálculo utilizado pela empresa BRF S.A. para encontrar os valores de ajustes/correções, após realizar as alterações nas taxas de depreciação e determinar novas estimativas de vida útil-econômica de alguns itens do seu ativo imobilizado.

Tabela 3 - Demonstração da origem dos valores dos ajustes e correções

Imobilizado	Registro do Custo Original 31.12.2009	Depreciação Acumulada Utilizando as Taxas Anteriores	Depreciação Acumulada Utilizando as Novas Taxas e Estimativas	Valores dos Ajustes/Correções Pronunciamento Técnico CPC 13	Saldo líquido 31.12.2009
Terrenos	674.496	-	-	-	674.496
Edificações e benfeitorias	4.381.906	(987.215)	(953.646)	33.569	3.428.260
Máquinas e equipamentos	5.078.217	(1.984.615)	(1.842.393)	142.222	3.235.824
Inst. Elétricas e hidráulicas	1.234.478	(350.974)	(315.407)	35.567	919.071
Móveis e utensílios	78.550	(40.463)	(38.666)	1.797	39.884
Veículos e aeronave	32.929	(18.529)	(17.262)	1.267	15.667
Florestas e reflorestamento	139.556	(25.410)	(25.410)	-	114.146
Plantéis <sup>(1)</sup>	491.342	(100.150)	(100.150)	-	391.192
Outros	7.330	(3.705)	(345)	3.360	6.985
Imobilizações em andamento	424.784	-	-	-	424.784
Adiantamento a fornecedores	24.681	-	-	-	24.681
<b>TOTAL</b>	<b>12.568.269</b>	<b>(3.511.061)</b>	<b>(3.293.279)</b>	<b>217.782</b>	<b>9.274.990</b>

Fonte: Calculado a partir dos dados da pesquisa - Nota 1 - Os custos dos plantéis são amortizados linearmente entre 15 e 30 meses.

Ao observar a tabela 3, torna-se possível compreender como foi realizado o procedimento para se chegar nos valores atuais de depreciação acumulada. Anteriormente a companhia estava utilizando taxas de depreciação mais elevadas para alguns elementos de seu

ativo imobilizado, desta forma o valor líquido registrado no ativo já não representava a realidade econômica do bem ativado, ou seja, estava com seu valor subavaliado devido as despesas de depreciação ao longo de sua vida útil serem superiores ao que deveria ser. Entretanto, após a empresa considerar que a aplicação de novas taxas e estimativas de depreciação melhor refletiriam a vida útil-econômica do bem, a depreciação acumulada diminuiu, e é exatamente esta diferença que originou os valores dos Ajustes e Correções determinadas pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

### **4.3 Variações ocorridas em 2008**

Em 2008, apenas o Pronunciamento Técnico CPC 06, é que provocou alteração nos valores do imobilizado da companhia, na conta "Máquinas e Equipamentos".

Isto deve-se ao fato de que até 2007 os Ativos Financeiros arrendados não eram reconhecidos no ativo da arrendatária, sendo considerados como um bem alugado, e as despesas deste aluguel eram lançadas todo mês diretamente na conta de resultado. Esta forma de contabilização levava em conta a forma legal do contrato, ou seja, a forma de um aluguel, porém, não apresentava o reflexo da realidade econômica, visto que, a empresa já detinha o controle do bem, usufruía dos seus benefícios e resultados, assumia os riscos do mesmo, apenas não possuía a sua propriedade legal. Assim, a lei introduziu esta distinção, entre o Arrendamento Mercantil Operacional (aluguel) e Arrendamento Mercantil Financeiro (Financiamento).

Essa alteração faz com que a informação contábil fique completa e representativa, pois as empresas estarão evidenciando os componentes do seu ativo imobilizado com todos os bens sobre os quais detenha seus benefícios, assuma seus riscos e possua o seu controle, além das respectivas obrigações assumidas pelos mesmos.

Desta maneira, em 2008 houve esta alteração no Ativo Imobilizado da Empresa BRF S.A., que passou a reconhecer os Ativos Financeiros que estavam arrendados.

O efeito desta mudança de prática contábil refletiu em seu Imobilizado da seguinte forma:

- a) Máquinas e Equipamentos: aumento de 1% em seu valor com a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 06; e
- b) Subgrupo Imobilizado: quando o impacto das variações é analisada sobre o valor total do subgrupo imobilizado, o seu percentual de aumento diminui para 0,31% sobre valor total deste subgrupo.

Os outros elementos do Imobilizado não tiveram variações, pois o CPC 06 foi o único que obrigou a empresa a Ajustar/Corrigir o seu Imobilizado, e como a empresa registrou todos os Arrendamentos Mercantis Financeiros na rubrica de Máquinas e Equipamentos, os outros elementos do Imobilizado ficaram com seus valores originais, não sendo necessário qualquer ajuste.

### **4.4 Variações ocorridas em 2009**

Diferentemente ao ano de 2008, em 2009, a empresa teve um impacto mais significativo em seu imobilizado com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 13.

As principais variações com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 13, ocorreram porque a companhia revisou e ajustou os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada dos ativos e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização,

contabilizando o efeito dessa revisão em dezembro de 2009, tendo como base os bens do ativo fixos existentes em 01.01.09.

Desta forma, observando a tabela 2, percebe-se que em 2009 a Companhia BRF S.A. alterou as taxas anuais de depreciação de alguns bens do subgrupo imobilizado utilizadas para o cálculo de 2009, o que acarretou em ajustes nos seus valores.

Os bens que tiveram suas taxas anuais de depreciação mantidas, provavelmente tiveram os critérios utilizados para determinar sua vida útil-econômica alterados, o que também provocou ajustes em seus valores originais.

Assim, os elementos do imobilizado que tiveram alguma alteração provocada pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 13, foram as contas "Edificações e Benfeitorias", "Máquinas e Equipamentos", "Instalações Elétricas e Hidráulicas", "Móveis e Utensílios", "Veículos e Aeronaves" e na conta "Outros".

Na conta de Edificações e Benfeitorias, o aumento de 1% em seu valor contábil líquido de 2008 a 2009, foi pela alteração de sua taxa de depreciação de 4% a.a. para 3,19% a.a., aumentando a vida útil-econômica dos bens que fazem parte desta alínea. Na conta de Máquinas e Equipamentos o aumento de 5% em seu valor contábil líquido de 2008 a 2009, é devido a sua taxa de depreciação passar de 11% a.a. para 7,43% a.a., aumentando a vida útil-econômica dos bens que fazem parte desta alínea. Na conta de Instalações Elétricas e Hidráulicas houve aumento de 4% em seu valor contábil líquido de 2008 a 2009, pois sua taxa de depreciação foi revisada e passou de 10% a.a. para 4,86% a.a., também aumentando a vida útil-econômica dos bens que compõem esta rubrica.

Em todas essas ocorrências de aumento da vida útil-econômica dos elementos do ativo, a companhia considerou que esse conjunto de bens poderiam ser utilizados por um período de tempo superior ao anteriormente estimado. Por esta razão foi necessário realizar ajuste no valor da sua depreciação acumulada.

Na conta de Móveis e Utensílios houve aumento de 5% em seu valor contábil líquido em 2009, neste caso, a empresa não possuía Móveis e Utensílios registrados em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2008, passando a ser registrados em 31.12.2009 com uma taxa de depreciação de 7,53% a.a.. Portanto, esta variação de 5% deve-se à realização de uma revisão por parte da empresa, dos critérios utilizados para determinar sua vida útil-econômica, ocorrida no decorrer do ano de 2009.

Na conta de Veículos e Aeronaves houve um aumento de 9% em seu valor contábil líquido em 2009. Também neste caso, a empresa não possuía Veículos e Aeronaves registrados em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2008, passando a ser registrados em 31.12.2009 com uma taxa de depreciação de 18,17% a.a., portanto, esta variação de 9% deve-se, de forma similar à anterior, à realização de uma revisão por parte da empresa, dos critérios utilizados para determinar sua vida útil-econômica, ocorrida no decorrer do ano de 2009.

Na conta de "Outros" houve um aumento significativo de 93% em seu valor, neste caso, a empresa não apresenta a taxa anual utilizada para o cálculo da depreciação em 2009. Até 31.12.2008 a empresa utilizava uma taxa de 12% a.a. como pode-se verificar na tabela 8. Desta forma, verifica-se que a empresa também realizou uma revisão dos critérios utilizados para determinar a vida útil-econômica desta conta do imobilizado, o que promoveu uma alteração em sua taxa de depreciação ocorrida no decorrer do ano de 2009, porém a empresa não apresentou a taxa que foi utilizada.

Todas as variações provocadas pelo ajuste nas taxas de depreciação dos elementos que compõem o subgrupo imobilizado, tiveram um impacto no resultado operacional da companhia no período de 2009, e os ajustes nas taxas de depreciação fizeram com que as despesas de depreciação deste período fosse menor do que utilizando as taxas de depreciação anteriores.

A tabela 10 apresenta o montante deste impacto analisado sobre o resultado operacional da BRF S.A. no período de 2009.

Tabela 4 - Influência das variações sobre o resultado operacional em 2009

Dados	valores
Resultado Operacional	334.011
Variação sobre o Imobilizado	217.782
Participação no Resultado Operacional	65,20 %

Fonte: Calculado a partir dos dados da pesquisa

Assim, o impacto somente dos ajustes nas taxas de depreciação dos bens do imobilizado com a conseqüente diminuição das despesas de depreciação, foi de 65,20% sobre o resultado operacional da companhia.

Este impacto revela a importância da adoção das normas internacionais para a contabilidade brasileira, visto que, a variação dos valores nos grupos de contas do Balanço pode ter reflexos na sua Demonstração de Resultado, fazendo com que os índices de margem líquida, rentabilidade do patrimônio líquido e retorno sobre o investimento (ROI) se alterem. Estes índices são de suma importância na análise de investidores em sua decisão de investimento.

No entanto, cabe ressaltar, que foram analisadas somente esta variável sobre o resultado operacional, desprezando todas as possíveis variações provocadas por outros pronunciamentos técnicos sobre o resultado da empresa.

Por fim, quando o impacto das variações é analisada sobre o valor contábil líquido total (Global) do subgrupo imobilizado, o seu aumento é de 2,40% sobre valor total deste subgrupo.

## 5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi possível mensurar a variação monetária sofrida pelos elementos do ativo imobilizado, confirmando a existência de mudanças nos valores, provocados pelos ajustes e correções realizados pela BRF S.A. em seu imobilizado, que foi determinado pela aplicação dos pronunciamentos técnicos dos CPC's. Foi possível identificar que os tratamentos contábeis que provocaram as maiores alterações no seu subgrupo imobilizado, foram: o CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil e o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07, pois foram os únicos que influenciaram nos valores do ativo imobilizado, o que demandou da empresa BRF S.A., um processo de ajuste e correções nesses valores.

É importante destacar que, todas essas mudanças de práticas contábeis, tiveram reflexo nas análises da estrutura patrimonial da companhia, e isto pode ser verificado ao analisar seus índices financeiros.

No caso dos índices de liquidez, o que influenciou em sua estrutura foi o reconhecimento da obrigação sobre os ativos derivados de arrendamento mercantil financeiro, assim, os índices dessa natureza podem ser prejudicados, pois o passivo circulante e o passivo não circulante serão acrescidos com os valores dessa obrigação, acarretando na diminuição dos índices de liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e por último, liquidez imediata.

Da mesma forma, pode-se afirmar que os índices de rentabilidade também foram atingidos pela adoção dos pronunciamentos do CPC, pois se existe alteração nos valores do ativo, estes refletem diretamente nos índices de giro deste ativo e também sobre sua rentabilidade, pois, o total do ativo é utilizado como divisor das vendas líquidas para se chegar no quociente do giro, e como divisor do lucro líquido para se chegar no quociente de rentabilidade.

Outro indicador importante na análise de balanço é a estrutura de capitais, assim alterações na composição do ativo imobilizado, no passivo circulante e no passivo não circulante, assim como também, ajustes em algumas taxas de depreciação, contribuem para que os indicadores de participação dos capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes, sejam modificados, podendo influenciar na tomada de decisão por parte dos investidores.

A pesquisa permite a compreensão, por parte dos interessados, da forma como se deu o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil, se utilizando de uma empresa de capital aberto para demonstrar na forma teórica e prática, em termos quantitativos e qualitativos, de como foi o primeiro contato das empresas com as normas internacionais de contabilidade, e especificamente, como foi sua influência para determinar as novas políticas e práticas contábeis aplicadas sobre o imobilizado da empresa BRF S.A.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane Terezinha de. A evolução da contabilidade: seus avanços no Brasil e a harmonização com as normas internacionais. **Anuário de Produção Científica - IPTAN**, n. 1, p. 1-24, out. 2012. Disponível em: <[http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario\\_prodcientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo\\_Carla\\_Joziane.pdf](http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_prodcientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Carla_Joziane.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2014.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa *et al.* A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-19, jan. 2012.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark & WILIAMS, Christopher. **Are IFRS-based and US CAAP-based accounting amounts comparable?** *Journal of Accounting and Economics* 54 (2012) 68-93. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2012.03.001>.

BM&FBOVESPA. **Empresas listadas**. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=16292&idioma=pt-br>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRF. **Quem somos: nossa história**. 2015. Disponível em: <<http://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

CHRISTENSEN, Hans B.; HAIL, Luzi & LEUZ, Christian. **Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement**. *Journal of Accounting and Economics* 56 (2013) 147-177. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.10.007>.

CLARINDA, Cerejo. **International journal editors and East Asian authors: two surveys**. *Learned Publishing*, v. 27, n. 1, pp. 63-75, jan. 2014. Publisher: Association of Learned and Professional Society Publishers. Doi: <http://dx.doi.org/10.1087/20140110>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.**

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da**

**Medida Provisória nº. 449/08.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=44>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

COSTA, Thiago de Abreu *et al.* Uma Análise dos Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Um Estudo de Empresas de Capital Aberto no Setor de Bebidas, Alimentos e Comércio. **Revista Pensar Contábil: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 4-13, jan./abr. 2013.

DEFOND, Mark; HU, Xuesong; HUNG, Minyi & LI Sigi. *The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability.* *Journal of Accounting and Economics* 51 (2011) 240-258. DOI:10.1016/j.jacceco.2011.02.001.

DELOITTE, Touche Tohmatsu.. **Normas internacionais de contabilidade IFRS.** 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Manual de contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

KIM, Yongtae; LI Haidan & LI SIQI. *Does eliminating the Form 20-F reconciliation from IFRS to U.S. GAAP have capital market consequences?* *Journal of Accounting and Economics* 53 (2012) 249-270. DOI: 10.1016/j.jacceco.2011.05.001.

LANDSMAN, Wayne R.; MAYDEW, Edward L. & THORNOCK, Jacob R. *The information content of annual earnings announcements and madatory adoption of IFRS.* *Journal of Accounting and Economics* 53 (2012) 34-53. DOI: 10.1016 / j.jacceco.2011.04.002.

MACIEL, Ricardo Ribeiro. **IFRS e CPC: como implementar as normas internacionais de contabilidade.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 5. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Alexandre Martins da Silva *et al.* **Contabilidade internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilidade de derivativos.** São Paulo: Atlas, 2008.

RAMANNA, Karthik & SLETTEN, Ewa. *Network Effects in Countries' Adoption of IFRS. Digital Acces to Scholarship at Harvard. Publish August, 22, 2013. DOI: 10.2308/ACCR-5017.*

RIBEIRO FILHO, Jose Francisco; LOPES, Jorge e PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.